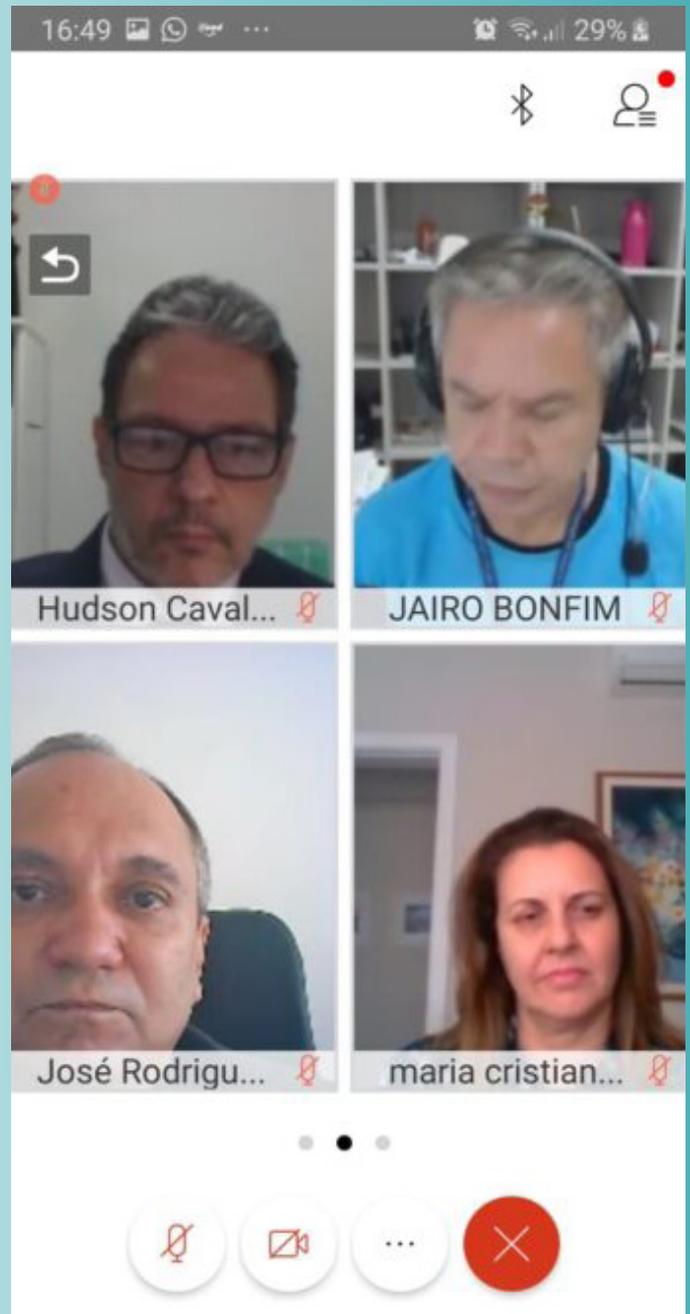


Sindjus-DF e entidades debatem pauta da categoria com a coordenadora do Fórum Permanente de Gestão e Carreira do Judiciário do CNJ

O Sindjus-DF, juntamente com o Sintrajufe-CE, Sinpojufes, Sindjuf-SE, Sindjufe-TO e Anatectjus, participou, na tarde desta segunda-feira (28/09), de reunião virtual com a conselheira do CNJ Maria Cristiana Ziouva, que é coordenadora do Fórum Permanente de Gestão e Carreira do Judiciário.

A reunião teve como objetivo a atuação conjunta das entidades para apresentar à conselheira as principais demandas gerais e específicas a serem discutidas no Fórum de Carreira, de modo que ela pudesse ir se familiarizando com temas relevantes à nossa categoria, como NS para técnicos, direito de advogar para servidores que têm registro na OAB, reenquadramento dos auxiliares remanescentes e polícia judicial, entre outros.

Os dirigentes explanaram detalhadamente sobre cada uma dessas questões, fazendo históricos e ar-



gumentando sobre a importância de o CNJ encaminhar essas atualizações tão necessárias à modernização e fortalecimento da nossa categoria.

O coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto defendeu que as questões já aprovadas pela comis-



são anterior, como NS para Técnicos, sejam encaminhadas diretamente ao plenário do CNJ, de modo a acelerar seu envio ao Congresso Nacional na forma de anteprojeto de lei, uma vez que não há impacto financeiro nessa medida e a matéria está pacificada em todas as instâncias da categoria. Sobre o tema, os dirigentes informaram, ainda, que o NS conta com o apoio de mais de 600 autoridades do Judiciário e MPU, entre magistrados e procuradores, e de diver-

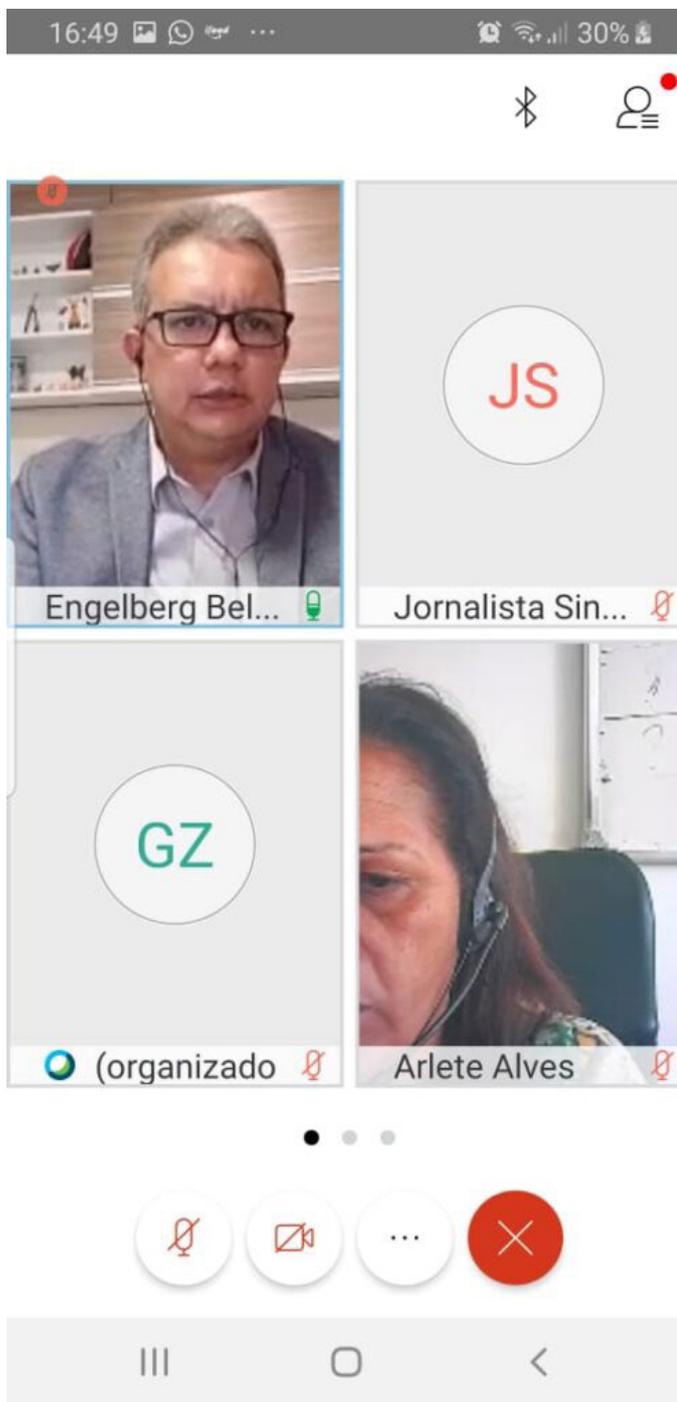
sos órgãos do PJU e MPU que também manifestaram apoio à demanda.

No mesmo sentido, considerando que a Polícia Judicial foi aprovada recentemente no Plenário do CNJ, foi solicitado o envio de anteprojeto ao Congresso Nacional para avançar ainda mais nessa causa. Os dirigentes salientaram a importância da aprovação da Resolução 344 editada recentemente pelo CNJ tratando da criação da Polícia Judicial.

Também foi colocado à conselheira a realidade dos Auxiliares judiciários que injustamente ainda não foram reequadrados como Técnicos. Nacionalmente, são poucos os auxiliares nessa condição, que por não terem sido contemplados no último PCS estão tendo sérios prejuízos, inclusive, de ordem financeira. Essa situação é injusta, pois esses auxiliares remanescentes têm as mesmas atribuições daqueles colegas que foram enquadrados como técnicos por meio da Lei n. 12774/2012, porém ficaram de fora da norma e aguardam há anos pela correção dessa injustiça. Os dirigentes solicitaram à Conselheira que o Fórum Permanente de Carreira envie a demanda ao plenário do CNJ para encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional, em separado, para fazer justiça ao reequadramento dos auxiliares remanescentes.

Em relação ao direito de advogar para os servidores bacharéis em Direito que possuem registro na OAB, os dirigentes explicaram que esse tema precisa ser debatido com toda atenção e encaminhado pelo Fórum, pois os servidores pedem isonomia em relação a outras carreiras que tem vedação parcial ao direito de advogar, e não total como no caso da nossa categoria.

Além disso, solicitaram à Conselheira um olhar especial com relação aos oficiais de justiça, que têm sofrido com a pandemia e cujos direitos vêm sendo suprimidos.



Outro ponto apresentado foi reposição salarial dos servidores do PJU e MPU. Costa Neto informou à conselheira que a defasagem salarial da nossa categoria é da ordem de 49,55%, de acordo com estudo encomendado pelo Sindjus-DF, e que mesmo diante do momento de crise financeira e da pandemia que o país atravessa, é preciso se ater à essa demanda e debater com profundidade alternativas para reparar as perdas inflacionárias.

Os dirigentes externaram à Conselheira preocupação com a Reforma Administrativa e os reflexos nocivos sobre os serviços e servidores públicos, Reforma que tem como objetivo o desmonte do serviço público, com prejuízos irreparáveis para a população brasileira.

Maria Cristiana afirmou que muitos desses pleitos ela já ouviu dos servidores que trabalham com ela. “Naquilo que eu puder, vou ajudar”, enfatizou a conselheira que afirmou ver com bons olhos a questão do NS, pois quanto mais capacitado o servidor, melhor.

Informou que está discutindo com o Diretor-geral do CNJ o funcionamento do Fórum Permanente de Gestão e Carreira do Judiciário, e que o canal está aberto, de modo que “vamos conversar com certa frequência”, segundo ela.

Para o coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto: “a reunião foi positiva, uma vez que a conselheira ouviu atentamente todos os pontos e afirmou estar aberta para discutir cada um deles. Disse que tem um carinho especial pelo pleito dos servidores. Então, é mais um apoio importante que estamos construindo para a efetivação da pauta da categoria, que necessita ser encaminhada da melhor forma. Com certeza, o caminho para uma carreira melhor passa pelo diálogo e pelo trabalho sério, como temos feito”.

Participaram desta reunião pelas entidades: Costa Neto (coordenador-geral do Sindjus-DF), Engelberg Belem (diretor administrativo e financeiro do Sintrajufe-CE), Hudson Cavalcante Leão Borges (diretor vice-presidente do Sinpojufes e diretor jurídico da Anatecjus), Jairo Bonfim Ribeiro (coordenador-geral do Sindjufe-TO), Gilberto Oliveira (coordenador-geral do Sindjuf-SE), Arlete Ribeiro (presidente da Anatecjus e coordenadora de Comunicação do Sindjus-DF).

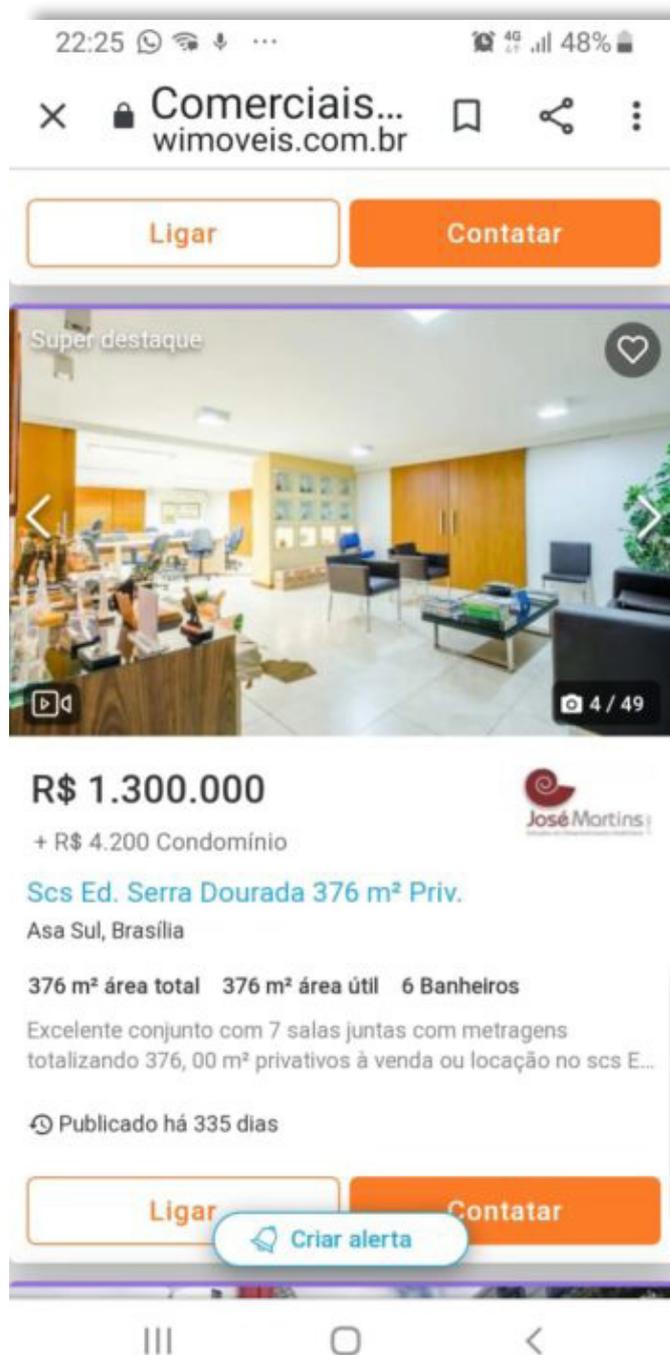
Imóvel anunciado por quase um ano por R\$ 1,3 milhão, é comprado pela Fenajufe por R\$ 1,4 milhão. Sindjus exige explicação.

O Sindjus tomou conhecimento, recentemente, que o imóvel comprado pela Fenajufe em dezembro de 2019 no valor de R\$ 1,4 milhão, estava anunciado até novembro de 2019 pelo valor de R\$ 1,3 milhão. Ressalte -se que o referido anúncio de R\$ 1,3 milhão permaneceu nesse valor por quase um ano, até novembro de 2019, ou seja, por R\$ 100 mil a menos do que o valor da aquisição, conforme prints dos anúncios abaixo.

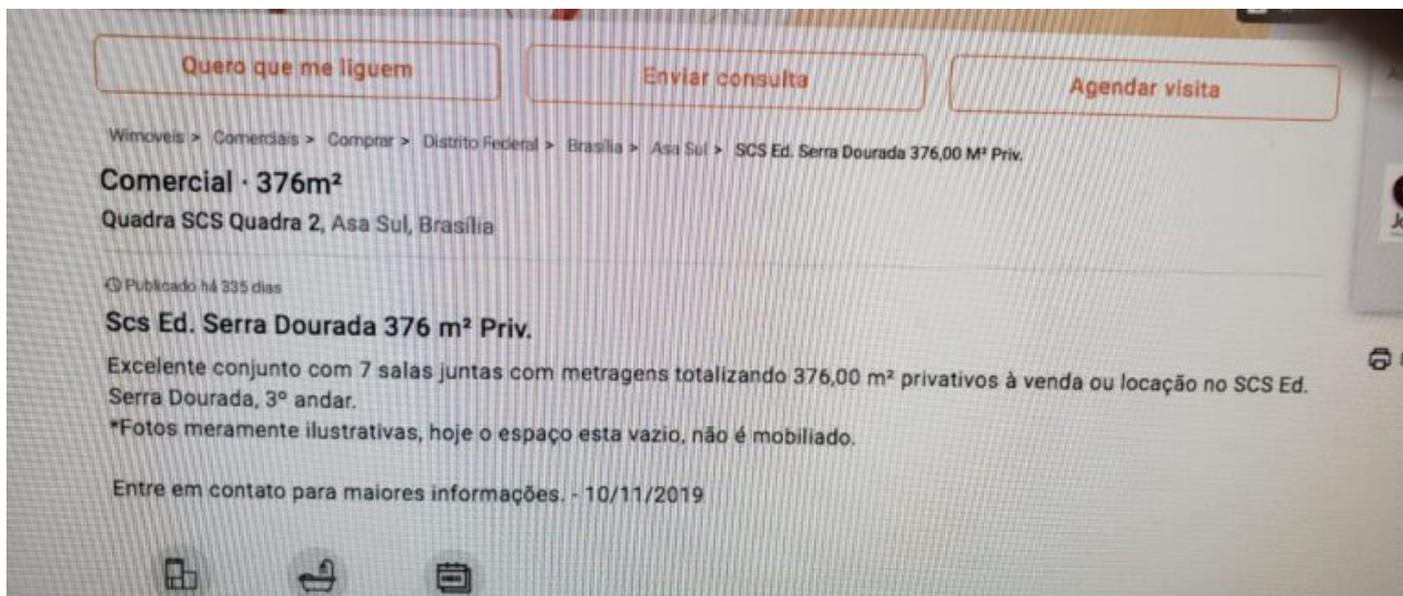
A compra do imóvel, que foi efetuada à vista, ocorreu sem que os Sindicatos filiados sequer tivessem conhecimento nem sido consultados.

Além disso, segundo consta na Consulta à Executiva da Federação n. 20/2020 (Veja AQUI o inteiro teor), divulgada nas redes sociais e altamente elucidativa sobre os trâmites dessa compra, a Comissão responsável por fazer os estudos para a aquisição do imóvel não apresentou os documentos necessários para subsidiar decisão de tamanha envergadura, na Reunião de Diretoria da Fenajufe, do dia 6/12/2019, que autorizou a compra. Segue trecho da Ata de reunião a esse respeito, divulgado na Consulta, in verbis:

“c. Compra da nova sede da Fenajufe. Os coordenadores Policarpo e Fernando Freitas, membros da comissão designada pela Executiva para procurar e avaliar as propostas de novo imóvel, deram informe do trabalho realizado. Verificaram cerca de oito imóveis, entre eles um no valor superior a quatro milhões de reais que aceitava a atual sede no negócio, outro da CSPB que está bloqueado na justiça e teria que fazer o pagamento em juízo e este que estão indicando para compra. O imóvel fica perto da atual sede, continuando em ponto central da cidade, tem trezentos e setenta metros quadrados e a documentação está em ordem. O valor do imóvel é um milhão quatrocentos e cinquenta mil reais. Embora todos fossem a favor da compra de um imóvel – até porque é um clamor da categoria que já aprovou em instâncias superiores a resolução do problema acessibilidade da sede e dos banheiros – houve divergência no sentido de aguardar um pouco mais e tentar negociar a atual sede no negócio para não ficar com o imóvel parado tendo despesas de condomínio. Houve também intervenções afirmando que não se aceita um imóvel numa venda ao custo de cinquenta por cento do valor da compra e que



The image shows a screenshot of a mobile application interface for real estate listings. At the top, the status bar shows the time 22:25, signal strength, Wi-Fi, and 48% battery. The browser address bar displays 'Comerciais... wimoveis.com.br'. Below the address bar are two buttons: 'Ligar' (Call) and 'Contatar' (Contact). The main content area features a 'Super destaque' (Super highlight) badge and a heart icon. A large photograph shows a modern office interior with desks, chairs, and a reception area. Below the photo, the price is listed as 'R\$ 1.300.000' with a sub-price of '+ R\$ 4.200 Condomínio'. The property details include 'Scs Ed. Serra Dourada 376 m² Priv.' and 'Asa Sul, Brasília'. Further details specify '376 m² área total', '376 m² área útil', and '6 Banheiros'. A description follows: 'Excelente conjunto com 7 salas juntas com metragens totalizando 376, 00 m² privativos à venda ou locação no scs E...'. It also notes 'Publicado há 335 dias'. At the bottom, there are buttons for 'Ligar', 'Criar alerta' (Create alert), and 'Contatar'. The bottom navigation bar shows three icons: a list, a home button, and a back arrow.



essa discussão já ocorreu em outros momentos na Fenajufe e toda vez que foi adiado não houve a compra e gastou-se o dinheiro, ademais comprando agora pode-se utilizar o período de férias e recesso para fazer a reforma. Após a conclusão do debate, o coordenador Fabiano declarou o regime de votação e estabeleceu como proposta 1. Compra da sede imediatamente e proposta 2. Deixar a deliberação para a reunião de março. A proposta 1 obteve os votos de nove coordenadores (Policarpo, Juscleide, Leopoldo, Thiago, Edson, Ramiro, Charles, Erlon e Fernando Freitas) a proposta 2 obteve seis votos (Elcimara, Fabiano, Roniel, Belém, Pita e Ranulfo) e zero abstenções. Declarada aprovada a proposta 1 de compra imediata da sede. Em seguida o coordenador Fernando Freitas apresentou a necessidade de se estabelecer também o valor destinado à reforma para iniciar os trabalhos assim que a compra for efetivada. O coordenador Policarpo apresentou a proposta de orçar no valor de quinhentos mil reais, abrangendo todo o processo da reforma como o pagamento do engenheiro ou arquiteto, a mão de obra da reforma, materiais de construção, móveis e equipamentos. O projeto será encaminhado para a executiva avaliar e aprovar mediante consulta virtual. A comissão para a reforma continua a mesma da compra da sede, o coordenador Erlon se apresentou para contribuir também. Fica estabelecido que será feito um auditório para cento e cinquenta pessoas para comportar todas as Reuniões Ampliadas, Ampliadinhas, da Diretoria Executiva, dos coletivos, encontros etc exceto as plenárias e congressos. Deverá construir banheiros com acessibilidade, móveis novos etc.”;

Segundo consta da Consulta à Executiva da Fenajufe n. 20/2020, apesar de fazer pesquisa de imóveis, não foi demonstrado documentalmente ter havido uma negociação prévia para redução de preço. Sabe-se que é praxe no mercado de imóveis se fazer negociação para redução do valor

do bem, que chega em muitos casos a um desconto em média de 10%, ainda mais quando se trata de um pagamento à vista. É senso comum que quando se vai comprar um bem à vista, ainda mais quando se trata de imóvel, que envolve altas cifras, o comprador tem total poder de barganha.

A título de exemplo, a diretoria do Sindjus-DF aponta que o imóvel que o Sindicato comprou recentemente estava anunciado por R\$ 1,95 milhão e foi adquirido de forma parcelada por R\$ 1,77 milhão, tendo primeiro sido feito todo um estudo de avaliação do valor do imóvel no mercado por Empresa especializada (CVI – Comissão de Valores Imobiliários).

No dia 24/09/2020, considerando a falta de transparência nas informações sobre a compra do referido imóvel, cuja aquisição até hoje não foi sequer informada oficialmente pela Fenajufe aos Sindicatos de Base filiados, o Sindjus-DF, Sintrajufe-CE, Sinpojufes e Sindjufe-TO, no dever de fiscalizar e zelar pelo patrimônio da Federação, oficiaram à Fenajufe (Ofício nº 1258/2020/SINDJUS-DF/SINTRAJUFE/SINPOJUFES/SINDUFE-TO), com cópia aos membros do Conselho Fiscal e aos demais sindicatos filiados, exigindo explicações sobre a compra do imóvel. No documento, os Sindicatos cobram esclarecimentos sobre a falta de publicidade e de dar conhecimento sobre a compra às entidades filiadas, bem como solicitam que sejam informados a data em que foi efetuada a compra, quais diretores foram responsáveis pela negociação, entre outras questões, e apresentação de toda a documentação referente à aquisição.

Por isso, o Sindjus-DF requer que o Conselho Fiscal apure o caso e que a comissão responsável pelos estudos e negociações na compra do imóvel preste explicações, além da Diretoria da Fenajufe.

Confira AQUI o ofício que foi enviado pelos Sindicatos de base à Fenajufe, cobrando esclarecimentos.



Sindjus-DF divulga agenda semanal com principais atividades do Congresso Nacional

O Sindjus-DF informa as principais atividades desta semana (28/09 a 02/10) relativas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem como ao Congresso Nacional, de acordo com levantamento feito pela assessoria parlamentar do Sindicato.

Na Câmara dos Deputados, haverá debate sobre a PEC 333/2017 que trata do fim do foro privilegiado. O presidente da Casa se reunirá com o relator da Reforma Tributária para debater a segunda etapa da proposta que poderá ser enviada pelo Governo.

No Senado Federal, os líderes partidários se reunirão para definir a pauta de votações da semana.

No Congresso Nacional, o Plenário poderá apreciar uma série de vetos presidenciais, cabendo destacar o Veto 37/2020 que versa sobre autorização para o saque do FGTS para aeronautas e aeroviários com contrato de trabalho suspenso ou que tenham tido redução salarial; o Veto 56/2019 que versa sobre o pacote anticrime; o Veto 13/2020 da ampliação do auxílio emergencial; e o Veto 26/2020 da desoneração da folha de pagamentos.

Ainda segundo informação apurada pela assessoria parlamentar do Sindjus-DF, há a expectativa de que o Presidente da República se reunirá ao longo da semana com líderes partidários para debater sobre a chamada PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019) e sobre a Reforma Tributária.

Reforma Administrativa

O Sindjus-DF segue atento a toda e qualquer movimentação em relação à PEC 32/2020, mais conhecida como Reforma Administrativa. Segundo divulgado pelo Sindicato na última semana, há informações de que a discussão da proposta ficaria para 2021, pois o governo parece estar priorizando, neste momento, a tramitação da Reforma Tributária e do Pacto Federativo.

Segundo reportagem do Portal Uol deste final semana, o mercado entende que o governo deve priorizar a Reforma Tributária, que trará impactos mais imediatos na vida das empresas e dos consumidores.

No entanto, não podemos confiar nessas informações, uma vez que em se tratando de política tudo pode mudar e os servidores têm sido alvos de diversos ataques. Dessa forma, a Diretoria do Sindjus-DF continua atuando estrategicamente juntamente com sua assessoria parlamentar (Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical) para combater integralmente a PEC 32/2020, e também criando alternativas para

minorar seus impactos, visando a defesa dos servidores do Poder Judiciário e do MPU.

Por mais que a mídia tenha divulgado que a Reforma Administrativa pode ficar para depois, a movimentação no Congresso Nacional em torno dela continua. O deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados, está coletando assinaturas para uma emenda que acaba com a licença remunerada para servidores que concorrem a cargos políticos. O deputado estuda apresentar também uma proposta para incluir na reforma administrativa apresentada pelo Executivo os servidores da ativa, além dos chamados membros dos poderes, como juízes e promotores.

“Deste modo, devemos continuar vigilantes e em estado de mobilização, pois não podemos ignorar a ameaça desta Reforma. E mesmo que ela seja discutida depois da Reforma Tributária e do Pacto Federativo, não podemos esperar para fazer a nossa parte, que é combater esse terrível ataque aos serviços e servidores públicos, que pode trazer inúmeros retrocessos não só ao funcionalismo, mas à sociedade brasileira”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

**Defenda o serviço público
Diga NÃO à Reforma Administrativa!**

**Nossa campanha é por
respeito e valorização a quem
se dedica para servir, proteger
e cuidar da população.**

SINDJUS



SINPOJUFES

SINDJUF-TO

SINDJUF.SE

SinJE





8º CONGRESSO

Sindjus-DF não poupa esforços para realizar seu 8º Congresso que vai discutir estratégias contra a Reforma Administrativa, enquanto grupo político tenta inviabilizar o evento

Neste final de semana (3 e 4/10), acontecerá o 8º Congresso do Sindjus-DF, que tem como objetivo debater a Reforma Administrativa de forma plural e democrática. Para isso, foram eleitos por assembleia 116 delegados, que serão responsáveis por discutir e aprovar os encaminhamentos do Sindjus-DF na luta contra a PEC 32/2020.

O jornalista e analista político Antônio Augusto Queiroz, especialista em assuntos legislativos, vai detalhar a Reforma Administrativa em uma palestra bastante didática, trazendo tanto informações técnicas quanto de bastidores, subsidiando assim o trabalho dos delegados do 8º Congresso.

A Diretoria do Sindjus-DF tomou todas as providências necessárias para a realização deste Congresso, pois entende que o momento atual pede uma discussão aprofundada a respeito das estratégias a serem adotadas na luta contra os ataques sofridos pelos servidores. Para isso, empenhou esforços e despendeu recursos financeiros, de modo que o evento está pronto para acontecer.

No entanto, atuando na contramão de tudo isso, um grupo chefiado por um ex-deputado federal do PT e uma dirigente da CUT está tentando destruir o 8º Congresso do Sindjus-DF por meio de um abaixo-assinado virtual.

É uma atitude irresponsável de um grupo que não tem compromisso com a categoria, que vem sendo atacada pelo governo e por parlamentares e agora sofre de "fogo amigo".

Os atores dessa manobra desrespeitam decisão assemblear de 12/12/2019, que decidiu pela realização do 8º Congresso, que está sendo construído pela Diretoria atendendo todos os requisitos estatutários. No entanto, o grupo chefiado pelo ex-deputado e pela dirigente da CUT tenta boicotar o Congresso sem pensar no prejuízo financeiro que traria ao Sindicato e no prejuízo político que impactaria de forma severa sobre a categoria, que perderia a oportunidade de debater e aprovar urgentemente encaminhamentos estratégicos e legítimos contra a Reforma Administrativa.

De que lado está esse grupo do abaixo-assinado? Com certeza não é do lado da categoria do PJU/MPU e nem dos servidores públicos. Quem já traiu os servidores em tantas oportunidades acha isso natural, tanto que insiste em repetir essa prática.

A Diretoria do Sindjus-DF está cumprindo o papel dela, fazendo valer uma decisão assemblear e se esforçando, mesmo em tempos de pandemia, para realizar um grande congresso.

Dia Nacional de Luta:

Sindjus-DF convoca categoria a participar de mobilização virtual contra a Reforma Administrativa

Nesta quarta-feira (30/09), acontece o Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos, que terá mobilizações em todo o País, algumas presenciais, e a maioria virtual. A data é emblemática, pois acontece exatamente um mês antes do Dia do Servidor, que em razão dos ataques tem cada vez menos motivos para celebrar.

Devido à preocupação do Sindjus-DF com a saúde dos servidores do Poder Judiciário e do MPU em tempos de pandemia, o Sindicato convoca a categoria para participar das mobilizações virtuais.

Não adianta solicitarmos aos órgãos do Poder Judiciário e ramos do MPU que mantenham o trabalho remoto como regime prioritário e convocar os servidores às ruas. Seria não só um gesto incoerente, mas irresponsável. Afinal, o Sindicato zela pela saúde e pela vida de cada servidor.

O Sindus-DF tem várias peças contra a Reforma Administrativa, que podem ser utilizadas nas redes sociais. Inclusive, o Sindicato está disponibilizando nesta matéria um card em parceria com a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que pode ser divulgada ao maior número de pessoas.



**NÃO À
REFORMA
ADMINISTRATIVA**

**DIA NACIONAL DE LUTA E
MOBILIZAÇÃO EM DEFESA
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

**30^{DE} SET
QUARTA**

SINDJUS **#DiadeLuta**

APOIO:

Frente Parlamentar Mista
do Serviço Público
 @FrenteServicoP

Fonacate lança Cadernos da Reforma Administrativa nesta quinta-feira

O Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entidade que o Sindjus-DF congrega, lança, nesta quinta-feira (1º/10), às 16h, os Cadernos da Reforma Administrativa. Trata-se de um documento que reúne notas técnicas e estudos sobre a temática.

O lançamento dos cadernos ocorre em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. O objetivo do documento é balizar e qualificar as discussões em torno da reforma Administrativa, ampliando o debate junto ao governo e ao parlamento, além de buscar o fortalecimento do serviço público.

Os Cadernos da Reforma Administrativa aborda-

rão alguns temas, tais como: áreas de atuação governamental e carreiras estratégicas no setor público; fundamentos da ocupação no setor público; política nacional de recursos humanos e outros.

Para participar do lançamento, acesse a página do Facebook do Fonacate.

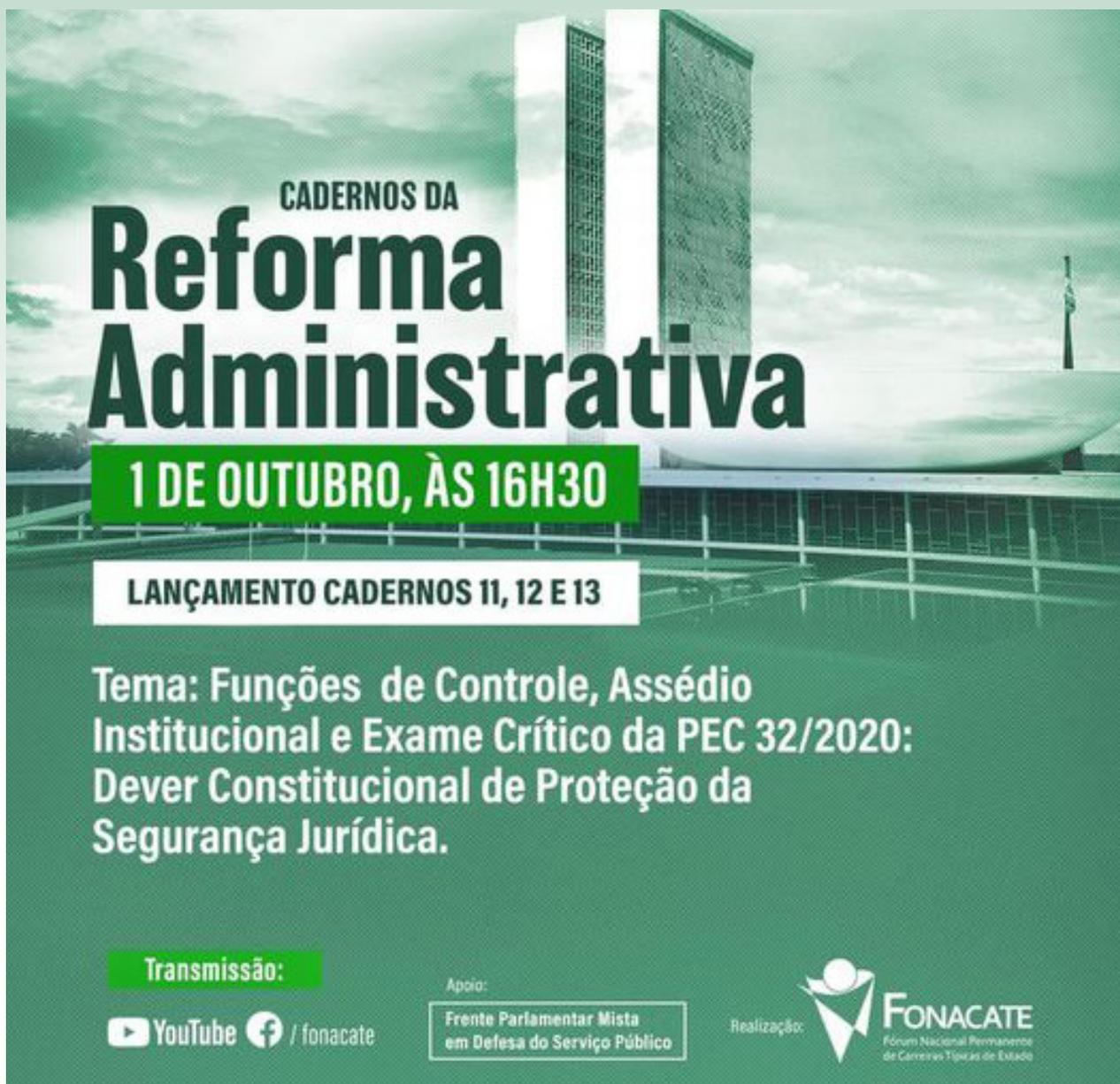
SERVIÇO:

Evento: **Lançamento dos Cadernos da Reforma Administrativa**

Quando: **Quinta-feira (1/10)**

Horário: **A partir das 16h**

Local: **Página do Facebook do Fonacate**



CADERNOS DA
Reforma Administrativa

1 DE OUTUBRO, ÀS 16H30

LANÇAMENTO CADERNOS 11, 12 E 13

Tema: Funções de Controle, Assédio Institucional e Exame Crítico da PEC 32/2020: Dever Constitucional de Proteção da Segurança Jurídica.

Transmissão:

YouTube  / fonacate

Apoio:
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público

Realização:
 **FONACATE**
Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado



Sindjus-DF defende continuidade do teletrabalho para resguardar saúde dos servidores

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF (Sindjus-DF), desde o início, saiu em defesa dos servidores públicos e pediu a continuidade do isolamento social e do desenvolvimento das atividades por meio do teletrabalho. A entidade avalia que é preciso garantir condições de trabalho salubres para os servidores e que retorno às atividades coloca em risco a saúde de toda categoria.

A diretoria do Sindjus-DF ainda defende que, embora estatísticas oficiais apontem para uma tendência de baixa no número de contaminados, o que se verifica é que a curva de evolução da doença está longe de se estabilizar. O Brasil segue ocupando uma das piores colocações do mundo em rankings negativos da doença – o segundo com mais mortes e o terceiro com mais contaminados.

Para o Sindjus-DF, a pressão pelo retorno ao trabalho presencial coloca toda estratégia adotada de combate ao novo Coronavírus em risco. Por isso, a entidade tem dialogado com os órgãos do Poder Judiciário e do MPU em busca de um entendimento e compreensão da atual situação. O Sindicato também pede que os servidores colaborem com o isolamento social, para evitar o aumento do número de contágio e óbitos.

Na avaliação do Sindicato, as instituições e os servidores públicos precisam dar o exemplo, evitando riscos evidentemente desnecessários – tanto com a retomada dos trabalhos presenciais, quanto em situações cotidianas como viagens, festas e outras aglomerações que estão em descompasso com o atual estágio da pandemia.



Sindjus-DF, Agempu, Agepoljus e Asmpf unem forças para criação da Polícia do MPU

Os coordenadores do Sindjus-DF Costa Neto, Roniel Andrade, que também é presidente da Agepoljus, e Suely Masala, que também é presidente da Asmpf, reuniram-se no dia 30 de setembro, na Sede do Sindicato, com os coordenadores da Agempu, Rogério Marques e Jackson de Abreu para tratar da atuação conjunta das entidades em prol da criação da Polícia do MPU, modificando a denominação do cargo de Agente de Segurança Institucional do MPU.

Depois da luta histórica e vitoriosa do Sindjus-DF e Agepoljus em prol da criação da Polícia Judicial, que foi aprovada pelo plenário do CNJ no dia 8 de setembro, valorizando os agentes e inspetores

de segurança do Poder Judiciário, que passam a ser protagonistas desta nova polícia, chegou a vez de trabalharmos em defesa da Polícia do MPU.

Assim, impulsionados pela conquista da Polícia Judicial, Sindjus-DF, Agempu, Agepoljus e Asmpf uniram forças para buscar esse mesmo reconhecimento para os agentes de segurança institucional do MPU.

Os coordenadores Costa Neto e Roniel Andrade explicaram aos dirigentes da Agempu detalhes acerca do processo que levou à edição da Resolução 344 do CNJ, que trata da criação da Polícia Judicial, e traçaram estratégias conjuntas para a criação da Polícia do MPU.



Sindjus-DF apoia PL que assegura jornada de 30% para Assistente Social do serviço público

O Projeto de Lei 2635/20, de autoria do deputado Gerásio Maia (PSB-PB), apresentado no dia 14 de maio, garante o direito à carga de trabalho de 30 horas semanais a profissionais de assistência social que atuam no serviço público.

O texto, que será analisado pela Câmara dos Deputados, também define 15 de maio como Dia Nacional do Assistente Social e concede a esses profissionais desconto de 50% na contribuição para o conselho da categoria em caso de reconhecida emergência de saúde pública, como a que vivemos atualmente no Brasil em razão do coronavírus.

Até o momento, mais de quatro meses após sua apresentação, o PL 2635/20 ainda aguarda despacho do presidente da Câmara para iniciar sua tramitação.

Segundo o autor da proposta, a lei nº 12.317/2010 que regulamenta a profissão de assistente social deixa dúvidas se a jornada de 30 horas se aplica também ao

serviço público, já que se refere a “contrato de trabalho”.

Tradicionalmente, o Dia do Profissional de Assistência Social é comemorado em 15 de maio, mas não existe uma previsão legal do ponto de vista normativo da regulamentação desta data como o Dia do Profissional da Assistência Social. É importante haver uma data oficial para celebrar o profissional de Serviço Social, bem como para ser um dia de luta e reflexão sobre as demandas desses profissionais.

“O Sindjus-DF não só apoia essa luta, como vai empenhar esforços para a aprovação deste PL. Nós vamos acionar nossa assessoria parlamentar e analisar como podemos atuar. O Sindicato reconhece a importância do trabalho do assistente social para o Poder Judiciário e para o MPU e vê nesse projeto uma oportunidade de buscar uma merecida valorização. Os assistentes sociais podem contar conosco em mais esta luta”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

É hoje: às 19h, Twittaço contra a Reforma Administrativa com a hashtag. #GovernoContraoPovo

Saiu a hashtag do Twittaço desta quinta-feira (1º/10), às 19h, organizado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público contra a Reforma Administrativa.

Vamos, todos juntos, tuitar: #GovernoContraoPovo.

A Frente Parlamentar também sugere que utilizemos as frases abaixo como forma de manifestar nossa indignação contra a PEC 32/2020, que é uma afronta aos serviços e servidores públicos.

Sugestão de frases para o twittaço:

A reforma administrativa não reduz a despesa pública, não diminui impostos e taxas públicas.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa, órgãos e serviços públicos podem ser extintos ou entregues a empresários que visam lucro. Seria o fim da saúde, da produção de remédios, vacinas e da educação pública.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa serviços públicos gratuitos passam a ser cobrados.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa teremos menos creches, escolas, universidades, menos hospitais, menos ambulâncias e serviço social.

#GovernoContraoPovo

A reforma administrativa reduz o combate a doenças transmissíveis e a vigilância sanitária.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa teremos mais filas e favorecimento de interesses políticos, maior proteção a corruptos e fim do combate à corrupção.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa, servidores sem estabilidade que não aceitem ordens ilegais e pressão política podem ser demitidos.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa haverá insegurança no exercício das atividades.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa, cargos públicos importantes podem ser ocupados por apadrinhados políticos sem qualificação profissional.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa, órgão pode ser extinto ou cedido à iniciativa privada gerando demissão para os novos e realocação dos atuais.

#GovernoContraoPovo

Com a reforma administrativa, a avaliação de desempenho será sem critérios e as garantias podem gerar dificuldade de progressão e promoção, congelamento salarial, perseguição política e demissão por "insuficiência de desempenho".

#GovernoContraoPovo



TWITTAÇO
QUINTA-FEIRA
(01/10), ÀS 19H
@FrenteServicoP

COM A REFORMA ADMINISTRATIVA, ÓRGÃOS E SERVIÇOS PÚBLICOS PODEM SER EXTINTOS OU ENTREGUES A EMPRESÁRIOS QUE VISAM LUCRO

#GovernoContraoPovo



Frente Parlamentar Mista
do Serviço Público

Após cobrança de Sindicatos filiados Fenajufe aprova Fundo de Greve irrisório e maioria da Diretoria manda destruir registros da reunião. Sindjus-DF exige explicações

Reunião da Fenajufe: Fundo de Greve Irrisório

Na última sexta-feira (25/09), após uma intensa campanha dos Sindicatos filiados à Fenajufe, que exigiram o cumprimento do Estatuto da Federação no tocante à implantação do Fundo de Greve, a Direção da Fenajufe finalmente se reuniu para tratar deste tema. Infelizmente, na oportunidade, a maioria da Direção da Fenajufe aprovou um Fundo de Greve de apenas 5%, rejeitando a outra proposta apresentada (que havia sido colocada em Consulta anterior à reunião), que era o percentual de 15% , sendo 10% destinado para as atividades de mobilização da Fenajufe e 5% destinado exclusivamente para apoio aos pequenos sindicatos com menos de mil filiados, no desenvolvimento de mobilizações e greve, como por exemplo, contra a Reforma Administrativa.

O gesto da maioria da Direção da Federação demonstra total descaso com a categoria, pois sem recursos não há como enfrentar a máquina do governo e do mercado e pressionar os parlamentares, que estão unidos em prol da Reforma Administrativa.

A Fenajufe tem o dever de destinar parte substancial de sua arrecadação à construção da resistência da nossa categoria frente aos ataques que vem sofrendo diariamente. Devido à crise econômica instalada no País, os sindicatos menores estão enfrentando sérias dificuldades financeiras e necessitam de apoio para desenvolverem

suas ações em defesa da categoria. Não é justo que a Fenajufe vire as costas aos seus sindicatos filiados e assim comprometa a luta dos servidores do Poder Judiciário e do MPU. Como Federação, ela tem o papel de dar o suporte necessário aos sindicatos que a compõe, em prol do fortalecimento nacional da nossa categoria.

O Sindjus-DF, que contribui com cerca de um milhão de reais por ano, que representa 20% da arrecadação da Federação, não compreende porque os dirigentes da Fenajufe decidiram – somente depois de muita pressão -, destinar um ínfimo percentual para o Fundo de Greve, já que a entidade possui muitos recursos em caixa e pode e deve fazer mais.

A título de exemplo, o Sindjus-DF gastou cerca de um milhão de reais na campanha contra a Reforma da Previdência e por volta de dois milhões de reais na Greve de 2015; ou seja, fez muito mais do que a Fenajufe, que tem saúde financeira e o dever de investir seus recursos nas lutas em defesa da categoria e para apoiar os sindicatos menores a ela filiados.

O Fundo de Greve do Sindjus-DF é de 10%, assim como de alguns sindicatos.

Por que a Fenajufe está querendo economizar em se tratando da luta da nossa categoria?

O que querem fazer com o dinheiro?

Depois de gastar quase dois milhões na compra e reforma de uma nova sede, localizada no prédio vizinho da

sede atual, e ainda com outros milhões em caixa, por que a Fenajufe não quer investir nas lutas dos servidores do Poder Judiciário e do MPU?

Se a Fenajufe não quer ajudar os sindicatos filiados nem financiar a luta contra a Reforma Administrativa, ela serve para quê?

Essas são as perguntas que a categoria faz e aguarda resposta.

Destruição da gravação da reunião da Fenajufe: a quem interessa

Na linha contrária ao princípio da transparência e do direito de acesso à informação, a maioria da Diretoria da Fenajufe, em decisão inacreditável, aprovou a destruição dos registros audiovisuais da reunião do dia 25 de setembro.

Isso mesmo: os grupos políticos que dominam a Fenajufe fizeram algo que nem o governo Bolsonaro foi capaz de fazer no episódio envolvendo os arquivos de uma famosa reunião ministerial. Na época, muitos juristas e colegas do Poder Judiciário e do MPU afirmaram que tais registros não poderiam ser apagados, pois se tratava de uma reunião pública.

Ressalta-se que a reunião da Diretoria da Fenajufe também é uma reunião pública e de interesse dos

Sindicatos filiados e da categoria.

Embora o Sindjus-DF defenda que questões estratégicas não devam ser divulgadas publicamente para não comprometer a ação, elas devem ser do conhecimento de todos os Sindicatos filiados, bem como o debate a respeito de questões da categoria devem ser disponibilizados aos servidores.

A destruição das gravações das reuniões da Federação revela-se uma prática no mínimo obscura, além de violar o direito à informação dos sindicatos filiados à Fenajufe e da nossa categoria, em geral.

Desperdiçando o tempo que deveria ser utilizado para debater a Reforma Administrativa, parte da Direção da Fenajufe pautou e aprovou o disparate de destruição dos registros da reunião de sexta-feira, fato que envergonha aqueles que defendem o Estado Democrático de Direito e deixa no ar as seguintes dúvidas:

Por que a categoria não pode saber o que é discutido no âmbito da Federação?

O que há de tão sigiloso que precisa ser destruído?

O Sindjus-DF, que defende transparência total e realiza suas reuniões de Diretoria ao vivo pelo seu canal do Youtube, denuncia e repudia a prática obscura de destruição dos registros de reuniões, como lamentavelmente foi decidido na última sexta-feira (25/9).

FUNDO DE GREVE DA FENAJUFE JÁ!